



# Governo e patronato querem aumentar exploração

O Governo e patronato estão a engendrar três peças para aumentar a exploração: A revisão do código do trabalho; A Caducidade das convenções colectivas; A legislação especial sobre horários de trabalho. O PCP opõem-se.

As alterações ao código do trabalho visam fragilizar a capacidade de defesa dos trabalhadores entre outros, nos seguintes aspectos:

Possibilidade de caducidade das Convenções Colectivas de Trabalho com as consequentes perdas de direitos que constam no contrato colectivo de trabalho do sector, como por exemplo a cláusula 74<sup>a</sup>;

A flexibilidade horária, criando condições para que as entidades patronais paguem menos por as mesmas, ou mais, horas de trabalho que actualmente se praticam, isto é, pretendem encontrar formas, por via da alteração da lei para só pagarem o tempo de condução.

O pseudo-combate ao trabalho precário que o governo valoriza como solução contra precariedade laboral – contratos a prazo, falsas prestações de serviços (recibos verdes), pois na prática o que vai acontecer é a legalização do que hoje é ilegal, tendo apenas de pagar um ligeiro acréscimo para a Segurança Social.

## **PCP opôs-se na Assembleia da República**

O PCP opôs-se a esta proposta do governo, que, visa aumentar a exploração dos trabalhadores, dando mais poder ao patronato nas relações de trabalho. O PCP denunciou a proposta do governo

PS pelas graves consequências para os trabalhadores, tendo os seus deputados votado contra esta proposta do governo na Assembleia da República.

O PCP apresentou a sua proposta de revisão do Código do Trabalho, que tinha como objectivo não só manter o que protege os trabalhadores na actual legislação laboral, como a melhorava no sentido do progresso, estabelecendo pela via das leis do trabalho uma relação mais justa entre o trabalhador e a entidade patronal, onde o trabalhador seja tratado com dignidade e a contratação colectiva, pilar fundamental nas relações laborais, não pudesse caducar.

# Governo e patronato juntos na exploração dos motoristas

Governo e patronato intensificam a ofensiva. A revisão para pior do Código de Trabalho ou medidas como o Cartão Tacógrafo Digital ou as “ajudas de custo” são parte do ataque que visa retirar direitos aos motoristas.



Através das alterações ao Código do Trabalho e a constituição de Grupos de Trabalho um dos quais para elaborar no espaço de seis meses uma proposta de Legislação Específica sobre Organização dos Tempos de Trabalho, o Governo e o Patronato visa aumentar a precariedade e exploração dos Motoristas, impondo um importante retrocesso nas relações de trabalho.

As alterações ao código do trabalho pretendem conduzir à caducidade (extinção) do contracto colectivo de trabalho com as consequentes perdas de direitos que nele constam como por exemplo: a cláusula 74; o pagamento do trabalho suplementar com a criação do chamado “banco de horas”; o fim do prémio TIR; o subsídio de risco e seguro nas matérias perigosas; as diuturnidades; a forma de pagamento em dias de feriados e descanso; o horário de trabalho, entre outras regalias que constam na Convenção Colectiva.

Qualquer alteração à legislação sobre tempos de trabalho e de repouso deve ter como objectivo proteger o trabalhador contra as pressões patronais no ex-

cesso de tempo de trabalho. SABEMOS QUE NÃO É PARA AQUI QUE SE ENCAMINHAM O GRUPO DE TRABALHO CONSTITUÍDOS PELO GOVERNO. Com a definição dos conceitos de TEMPO DE TRABALHO, TEMPO DE DESCANSO e acrescentando o TEMPO DE DISPO-

NIBILIDADE as horas de tempo de disponibilidade não serão contabilizadas como horas de tempo de trabalho, nem para efeitos do cálculo do número de horas suplementar, ou efeitos do cálculo do vencimento dos descansos compensatórios.

## A OFENSIVA CONTRA OS DIREITOS DOS MOTORISTAS NÃO FICA POR AQUI

### Cartão Tacógrafo Digital

O Governo produz legislação para que os motoristas tenham que pagar o cartão que nele é inserido.

### Certificado de Aptidão Profissional - CAP

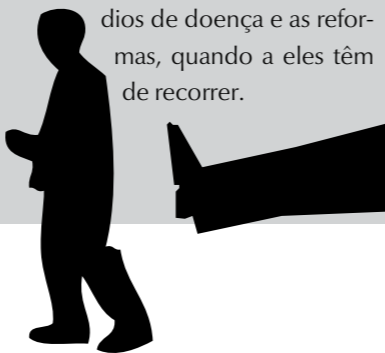
Está a ser criada legislação específica que para obter este cartão os Motoristas terão que suportar os custos da formação e da sua aquisição.

### Exames Psicotécnicos

Não só acarretam custos para os motoristas, como a própria legislação prevê situações em que os trabalhadores caso chumbem podem pôr o seu posto de trabalho em causa.

### Ajudas de Custo

Sabemos que o patronato do sector de mercadorias faz pagamentos ilegais como ao Km, viagem, tonelagem, etc., e depois os apresenta nos recibos de salários como ajudas de custo. Esta forma de pagamento leva a que fique nos bolsos dos patrões milhões de euros, que deveriam entrar na Segurança Social, penalizando desta forma mais uma vez os motoristas, que vêm assim reduzidos o fundo de desemprego, subsídios de doença e as reformas, quando a eles têm de recorrer.



# PCP defende e propõe

O aumento significativo do salário base, que tenha em conta a perda do poder de compra assegurando o crescimento real dos salários e que tenha em conta o esforço, qualificação e responsabilidade da profissão de motorista.

É fundamental que os motoristas resistam às pressões e chantagem patronal exigindo o respeito pelos seus direitos para assim poderem cumprir as normas de segurança.

A criação de uma diária quando deslocado, no país ou no estrangeiro, que seja suficiente para cobrir o custo das refeições e que compense o acréscimo de esforço nas viagens ao estrangeiro, assim como um valor para subsídio de refeição, evitando o pagamento ao Km, à viagem e à tonelagem, que contornando assim os excessos de tempo de trabalho provocando situações de alto risco para o trabalhador prejudicando a sua segurança e a dos outros



# Patronato do sector recusa aumentar salários

O patronato recusa actualizar os salários no contracto colectivo de trabalho há 11 anos. Desde 1997, os sucessivos Governos PS, PSD e CDS e a agora o PS/Sócrates nada fizeram para que esta situação se alterasse

O PCP defende a negociação colectiva como meio dos trabalhadores poderem defender os seus direitos. As relações de trabalho devem ser reguladas pelos trabalhadores através dos seus sindicatos, como diz a Constituição da República e, é essa a proposta que apresentou na Assembleia da República para a revisão do Código do Trabalho.

Os trabalhadores têm o direito de participar na definição e organização do tempo de trabalho, na negociação dos salários, no valor das diuturnidades, no subsídio de refeição, no valor das diárias, no trabalho nocturno e em tudo o que lhes diga respeito nas relações de trabalho e isso é feito pelos sindicatos na negociação colectiva.

A recusa patronal em aceitar as actualizações salariais anuais, levou à deterioração dos salários constantes do contracto colectivo. Os governos PS, PSD e CDS e o actual do PS têm sido coniventes, pois nada fizeram para corrigir a situação de ilegalidade que se verifica, já que na conciliação por onde passou várias vezes, ano após ano, este processo de negociações nada fizeram, tendo-se li-

mitado a assistir ao boicote patronal à negociação do contrato colectivo.

Os trabalhadores motoristas têm de ter o respeito que merecem, pelo seu trabalho duro e profissão de grande responsabilidade, mas não é isso que tem acontecido.

Em Junho quando se realizou a luta das empresas reivindicando apoios ao Estado para suportar o aumento dos combustíveis, muitos trabalhadores foram envolvidos na luta, tendo os organizadores afirmado que “a luta também era dos motoristas trabalhadores por conta de outrem”. Na verdade, o que se veio a verificar no final, foi que o acordo celebrado entre as Associações Patronais e governo, NEM UMA PALAVRA TEM SOBRE OS PROBLEMAS DOS TRABALHADORES.

O PCP não hostilizando esta luta, porque compreendia as razões, nomeadamente as pequenas e micro empresas que também são vítimas da exploração, também afirmou e afirma com muita veemência que os problemas dos trabalhadores motoristas deste importante sector de actividade estão por resolver.

Basta de injustiças

Sim é possível

uma vida melhor!

Mais força ao PCP



# É preciso lutar por melhores condições de trabalho

Uma nova política que tenha em conta os direitos dos trabalhadores e que assegure um aumento significativo do salário

É uma verdade que todos aprendemos, mais cedo ou mais tarde, que só através da luta se consegue mais justiça social, mais direitos para quem trabalha, alterações de políticas que propiciem a redução do profundo fosso entre ricos e pobres, uma sociedade mais justa.

Os trabalhadores só conseguirão ser ouvidos para se conseguir a dignificação da profissão, a melhoria das condições de trabalho e o respeito pelos seus direitos se tiverem a capacidade de se unir e se disponibilizarem para a lutar.

A luta pelas suas reivindicações, pois noutras lutas, como já ficou provado, os problemas dos motoristas ficaram de fora, o governo não pronunciou uma palavra sobre as péssimas condições de trabalho existentes. O que estão a tratar, as empresas e o governo, é da alteração à lei dos horários de trabalho para agravarem ainda mais as condições de trabalho dos motoristas.

É pois de grande importância para os trabalhadores motoristas o que nos próximos tempos o governo vai decidir sobre a chamada legislação especial para o sector dos transportes.

O PCP estará atento ao desenrolar dos acontecimentos e actuará em todas as instâncias onde participa, nomeadamente na Assembleia da República, no sentido de defender os legítimos interesses dos trabalhadores, que tenham direito à melhoria dos salários, seja respeitado os horários de trabalho constantes no contrato colectivo, que a profissão de motorista seja considerada profissão de desgaste rápido e como tal seja

«Só através da luta se consegue mais justiça social, mais direitos para quem trabalha»

## MANIFESTAÇÃO NACIONAL LISBOA DIA 13 DE MARÇO

O Plenário Nacional de Sindicatos da CGTP-IN realizado no passado dia 14 de Janeiro decidiu:

- Saúda todos os trabalhadores em luta nos mais diversos sectores de actividade privado e público, e empresas incentivando-os a prosseguir-la e intensificá-la
- Realizar uma **GRANDE MANIFESTAÇÃO NACIONAL, em Lisboa, do dia 13 de Março**, com a participação dos trabalhadores do sector privado e do sector público, tendo presente os seguintes objectivos:
  - Defesa do emprego, combate ao desemprego e à precariedade;
  - Aumento real dos salários e pensões;
  - Defesa, efectividade e promoção da contractação colectiva;
  - Combate aos efeitos da revisão do Código do Trabalho e das alterações da legislação laboral na Administração Pública, exigindo-se o abandono das matérias gravosas e agindo-se para que não seja aplicado o que é anti-trabalhadores.

antecipada a idade de reforma, pelo respeito pelos tempos máximos de trabalho e mínimos de repouso, pelo direito à compensação do descanso semanal após o regresso do estrangeiro, pelo cumprimento da lei e do contrato colectivo, pelo direito à

negociação colectiva como a forma de regular as condições de trabalho e não à caducidade da convenção colectiva.

### FICHA DE CONTACTO

Se pretende aderir ou colaborar com o PCP preencha os seguintes dados os quais nos permitirão contactar consigo.

NOME  TELEFONE

MORADA  EMAIL

CÓDIGO POSTAL

Recorte e envie para

Partido Comunista Português  
Rua Soeiro Pereira Gomes, 3 - 1600-196 Lisboa

Email: [pcp@pcp.pt](mailto:pcp@pcp.pt) | Website: [www.pcp.pt](http://www.pcp.pt)

